



Presidente Fernando Collor

**AGENDA PARA
O CONSENSO**
**Uma Proposta
Social-Liberal**



Agenda para o Consenso

Uma Proposta Social-Liberal



Presidente Fernando Collor

Agenda para o Consenso

Uma Proposta Social-Liberal

República Federativa do Brasil

Presidente Fernando Collor
Vice-Presidente Itamar Franco

*Série de artigos publicados
na imprensa brasileira
entre os dias 5 e 12
de janeiro de 1992.*

Secretaria de Imprensa
Presidência da República

1992
Impresso no Brasil

«Um rápido relance à história do Brasil demonstra que a experiência do passado nos concita a tentar a chance do liberalismo moderno, que harmonize liberdade, eficiência e eqüidade. Isto é, a chance do social-liberalismo. É chegada a hora de eliminar em definitivo a vergonhosa combinação de penúria que ainda caracteriza, infelizmente, a nossa estrutura social. Implementar a posição liberal, na sociedade brasileira contemporânea equivale a nada menos que uma revolução. Uma revolução pacífica e democrática, conduzida por um governo legítimo, oriundo da maior manifestação de vontade popular que o País conheceu. Mas que significa, sem dúvida, uma profunda ruptura com todo o conjunto de hábitos e mentalidades que constituem o Brasil antigo.»

*Presidente Fernando Collor
Brasília, 5.1.92*

Sumário

| | |
|--|----|
| I AGENDA PARA O CONSENSO: UMA PROPOSTA SOCIAL-LIBERAL..... | 9 |
| II O PAPEL DO ESTADO | 14 |
| III DEMOCRACIA, REFORMA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS | 16 |
| IV O MODELO ECONÔMICO: CAPITALISMO DEMOCRÁTICO..... | 19 |
| V A REVOLUÇÃO EDUCACIONAL..... | 22 |
| VI O PAPEL DA CULTURA..... | 25 |
| VII PERSPECTIVA SOCIAL-LIBERAL DA ECOLOGIA | 27 |
| VIII DEBATE ABERTO..... | 30 |

I

AGENDA PARA O CONSENSO: UMA PROPOSTA SOCIAL-LIBERAL.

Por que a Agenda para o Consenso? Porque é chegada a hora de institucionalizar as reformas, de mais bem definir os métodos e instrumentos que nos permitirão alcançar as metas de modernização e de justiça social que todos os brasileiros desejam.

Os grandes objetivos, verdadeiros fundamentos da agenda, são claros e estão lastreados em amplo consenso: o controle da inflação, o saneamento das finanças públicas, a reestruturação e redimensionamento do Estado, a modernização da economia, o desenvolvimento sustentado, a promoção da justiça social, a conservação do meio ambiente e a preservação do patrimônio cultural, o acesso a uma justiça eficaz e a garantia da segurança pública.

Num estado democrático, o pluralismo é um dos pressupostos da ordem política. Ao lado dos poderes constituídos, atuam os partidos, os sindicatos, as

organizações sociais, a imprensa -- instrumentos vitais da democracia que devem, em debate permanente, articular, a cada momento histórico, a vontade coletiva da nação.

A sustentação das reformas requer, portanto, como imperativo político, o engajamento de uma ampla base social, de gente de todas as camadas, da maioria que está plenamente consciente da necessidade de mudar. É indispensável mobilizar a sociedade para criar e, agora, renovar as fontes de legitimidade do sentido radical e abrangente do projeto brasileiro de modernização, que engloba tanto as relações do Estado com a sociedade, como a melhora progressiva da qualidade da estrutura produtiva.

Para isso, é preciso irrigar a decisão política com o estímulo das forças da Nação e fazer das reformas um credo social. Uma doutrina livremente assumida e enriquecida pela sociedade e, particularmente, pela juventude.

Dá a urgência de articular as diversas reformas em torno de um ideário, de uma filosofia política consciente e clara.

Essa filosofia, nós a encontramos na idéia social-liberal. Essa fórmula significa a vontade de criar entre nós um liberalismo verdadeiramente moderno, com raízes populares e apelo nacional. Significa, naturalmente, um decidido não ao estatismo, ao coletivismo e ao dirigismo, a todas as formas desacreditadas e peremptas de protecionismo, paternalismo e populismo que pesam sobre nossa sociedade e entram nosso pleno ingresso na modernidade. Mas também significa algo essencialmente diverso daquela vertente oligárquica e conservadora que tanto predominou, e ainda persiste, na forma ultrapassada do liberalismo em relação às fontes sociais e nacionais da vida política e da mudança histórica. Social-liberalismo: uma ideologia com a paixão da liberdade não exclui -- pelo contrário, pressupõe -- a busca da justiça através de esforço permanente de dar a todos efetiva igualdade de oportunidades e de uma expansão constante do horizonte social dos direitos humanos. Um liberalismo de promoção social e não de exclusão classista. Liberalismo simultaneamente libertário e igualitário, desejoso de democratizar o direito à diversidade, que é o esteio da vida livre.

Por que a urgência do social-liberalismo, no Brasil, na América Latina dos nossos dias?

Porque todas as outras fórmulas falharam.

Os liberalismos conservadores não corresponderam à sede de desenvolvimento e modernização de sociedades em mudança. As modernizações autoritárias presidiram a importantes processos de industrialização, mas negaram às massas o principal fruto do progresso: um padrão de vida decente. Os regimes fechados sufocaram a liberdade, sem conseguir assegurar ao povo o acesso a níveis de consumo da sociedade industrial avançada. As receitas demagógicas ficaram nas soluções cosméticas, sem atacar a raiz do problema e as carências da população

Enfim, mesmo as soluções que mais bem pareciam atender ao desafio de combinar liberdade e justiça nas sociedades industrializadas encontraram limites e estão em fase de necessária renovação. A era do individualismo, da tecnologia avançada, da globalização econômica e da livre barganha salarial, do neocapitalismo, exige propostas criativas para a gerência de situações sociais, que não estavam no mapa histórico até poucos anos atrás.

Um rápido relance à história do Brasil demonstra que a experiência do passado nos concita a tentar a chance do liberalismo moderno, que harmonize liberdade, eficiência e equidade. Isto é, a chance do social-liberalismo.

É chegada a hora de eliminar em definitivo a vergonhosa combinação de privilégio e penúria que ainda caracteriza, infelizmente, a nossa estrutura social.

O social-liberalismo encarna o inconformismo ante a miséria, as doenças, a ignorância e a carência gritante. Recusa a insinuação de que o crescimento econômico cuidará deles automaticamente. Os social-liberais não se conformam com o fato de que o Brasil tenha o parque industrial diversificado e, em alguns setores, moderno e competitivo, mas o perfil social que revela a mais extrema da injustiça.

O social-liberalismo é isso: a exigência de democratização da liberdade. É a aliança do liberalismo econômico -- o melhor método de criação de riqueza até aqui conhecido -- com o sentido do social. Nessa aliança radica a grande perspectiva política de uma centroesquerda modernizadora. Um centro dinâmico, equidistante das direitas excludentes e das esquerdas arcaicas, centralizadoras e dirigistas.

Implementar a posição liberal, na sociedade brasileira contemporânea, equivale a nada menos que uma revolução. Uma revolução pacífica e democrática, conduzida por um governo legítimo, oriundo da maior manifestação de vontade

popular que o País conheceu. Mas que significa, sem dúvida, uma profunda ruptura com todo um conjunto de hábitos e mentalidades que constituem o Brasil antigo.

Quais os caminhos concretos que a revolução social-liberal se propõe adotar? Aqui, o ponto crucial é, naturalmente, o papel do estado.

Que reforma do estado? Numa palavra, trata-se de modificar qualitativamente sua relação com a sociedade, ampliando sua atuação no campo social e reduzindo sua intervenção direta nas atividades produtivas bem como o volume absurdo de regulamentos que cerceiam a livre iniciativa.

Os partidários do estatismo pretendem que a reforma do estado liberalizante sacrificaria ainda mais as camadas desfavorecidas, ao retirar-lhes a assistência governamental. Porém, a alegação repousa num sofisma. Conforme amplamente demonstrado por vários estudos, como os do Banco Mundial, os verdadeiros beneficiários dos gastos sociais na América Latina, inclusive o Brasil, não são, em geral, as camadas mais pobres. A verdade é que o principal dispêndio do estado tem sido com o custeio da própria máquina burocrática e não com atividades-fim, traduzidas em serviços sociais eficientes. E é isso o que vem sentindo o povo brasileiro, dolorosamente consciente da falência do nosso sistema previdenciário.

Essa distorção não pode, aliás, surpreender, quando se pensa no que foi a formação social dos países latino-americanos. No passado, em nossas economias agro-extrativas, geralmente de crescimento lento, a empresa tendia à atrofia, o próprio comércio ficava em mãos estrangeiras e o serviço do estado era, em conseqüência, o destino clássico dos filhos de grupos oligárquicos. Dos filhos mais moços até as famílias menos ricas, um grande número de pessoas buscava o emprego público como a única avenida de sustento e prestígio.

Assim, em vez de desalojar privilégios, nossa burguesia tentava conquistá-los. Pois que outra coisa era, senão privilégio, nessa moldura social, o emprego público e, mais tarde, a empresa cartorial -- esse prolongamento do mercantilismo contra o mercado, da concessão contra a competição e do lucro monopolista contra o risco capitalista?

Essa mentalidade, gerando o fenômeno do empreguismo, enseja um tipo de exercício do cargo público de índole privatista. O emprego é concebido como

uma espécie de pensão vitalícia, mais precisamente de favor de uns para alguns, e não como função na base do mérito a serviço da comunidade.

E os bons funcionários, que se dedicam efetivamente a servir ao público, são estigmatizados, o que significa desestímulo, enfraquecimento das melhores vocações.

Essa herança histórica configurou entre nós o gosto pelo estado-ninho: do estado não como instrumento da coletividade, no esforço nobre de promover o bem comum, mas sim como refúgio aconchegante de interesses privados. Em contraste, cabe-nos agora o desafio de construir uma autêntica economia social de mercado.

Iniciei este artigo com uma pergunta: Por que a Agenda para o Consenso? E, termino, com outra: Por que, neste momento, o social-liberalismo?

Estamos em etapa crucial para a implantação das reformas que nos conduzirão a modernidade. No discurso que fiz na Reunião Ministerial de 23 de dezembro, apresentei os objetivos sobre os quais a sociedade brasileira já formulou consenso claro. É o primeiro momento de um debate, que há de ser abrangente, e verdadeiramente mobilizador. A proposta social-liberal é a melhor chave doutrinária para irmos adiante neste debate para definir a Agenda para o Consenso. Se a adotarmos, com sinceridade, estaremos superando os vícios do fisiologismo e dando início a uma etapa essencial do projeto de modernização brasileira, que é a renovação do próprio modo de pensar e de fazer política.

Pretendo participar de várias formas deste debate. E, uma dessas formas será consubstanciada no desdobramento sistemático das linhas mestras do pensamento social-liberal. Para tanto, elegeria entre alguns temas de reflexão como o papel do estado; reforma política e direitos humanos; a revolução educacional; um novo modelo econômico; o resgate da dívida social, e outros, que serão sinteticamente focalizados em artigos subseqüentes, sempre dentro da ótica social-liberal, que poderíamos resumir nas célebres palavras de Keynes: "o problema político da humanidade é combinar três coisas: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual".

II

O PAPEL DO ESTADO

No artigo inicial desta série "Agenda para o Consenso: uma proposta social-liberal", apresentei os objetivos que, hoje, a sociedade brasileira quer alcançar e que constituem o núcleo daquela Agenda.

Eles têm um traço em comum: em todos, o estado aparece ora como objeto de mudanças necessárias, ora como iniciador de políticas que levariam a transformações econômicas e sociais. Isto levou-me a tratar aqui justamente da questão específica do papel do estado.

Com efeito, não pode haver reforma do estado sem uma concepção nítida do seu papel no mundo moderno. Para os social-liberais, esse conceito é claro: o estado moderno deverá ser menos um estado produtor e mais um estado promotor ou provedor. Promotor de uma estratégia de desenvolvimento, ou seja, patrocinador de um projeto nacional capaz de facultar aos agentes econômicos a visualização da trajetória futura da economia e da sociedade, fornecendo um horizonte de cálculo para a tomada das decisões privadas. Provedor de serviços sociais essenciais, assegurando educação, saúde e saneamento às populações, particularmente às camadas menos favorecidas, e provedor das condições necessárias para que o desenvolvimento tecnológico seja potencializado, pois dele depende o desenvolvimento material da sociedade e, portanto, o combate eficaz à pobreza.

O estado produtor, isto é, a presença maciça e direta do estado na economia, encontra-se em crise em toda parte. A tendência universal é claramente no sentido da descentralização das decisões econômicas, da autonomia da empresa, do jogo das forças do mercado.

Não queremos voltar a uma restauração utópica, porque anacrônica, do *laissez-faire*, em que o estado se limitaria a uma função de mantenedor da ordem social. Isto tornou-se impossível, já que tantos aspectos da economia e da técnica modernas pressupõem requisitos de infra-estrutura material ou de formação profissional tão amplos e tão custosos que só o estado, direta ou indiretamente, pode proporcioná-los.

Sabemos, também, que os maiores êxitos de crescimento econômico no pós-guerra, como o Japão e os "Tigres Asiáticos" não obedeceram ao princípio da estatização da economia. Houve apenas presença sensível do estado no modelo de desenvolvimento. Efetivamente, o Japão, com 20% de controle estatal da economia, ou a Coréia do Sul, com 25%, se desenvolveram em esquema bem afastado das elevadíssimas taxas de estatismo exibidas pela maioria dos países do chamado Terceiro Mundo.

O verdadeiro dilema não é a presença ou a ausência do estado na economia: essa alternativa já foi decidida -- em favor da presença -- desde o fim do século passado. O dilema contemporâneo é outro. Ele gira em torno do tipo de atuação do estado: dirigismo do estado produtor, ou planejamento do estado promotor, que é aliado e não rival do mercado?

É evidente e geral o descrédito do estado produtor, encarnação do estatismo econômico. Mas isto não quer dizer que o estado, mormente nos países em desenvolvimento, abdique do papel de árbitro ou de indicador da direção econômica. O dirigismo se provou ineficiente -- mas o pensamento estratégico permanece necessário.

Ao recuo do estado produtor, substituído pelo estado promotor do desenvolvimento, soma-se o estado provedor de recursos e serviços sociais. E somente um estado financeiramente sadio é capaz de redirecionar-se no rumo do social e, em particular, de fomentar mecanismos tendentes a uma redistribuição efetiva da renda e da riqueza nacional. O estado enxuto, suplantando o estado obeso de hoje, ganha novas condições para promover o investimento produtivo. E esse estado financeiramente robusto possui condições de realizar duas coisas indispensáveis à melhoria do nível de vida popular: restaurado na sua capacidade de investir, o estado passa a gerar, indiretamente, um grande número de empregos, tornando-se apto a lançar, em escala inédita, programas de amplo sentido social.

É preciso terminar de vez com a confusão semântica em torno da idéia de "estado forte" na América Latina. A verdade é que estado forte não significa estado ao mesmo tempo autoritário e impotente, como aquele que o estatismo latino-americano, de direita ou de esquerda, fez prevalecer até o passado recente. É aquele que conquista o respeito da sociedade por atender, com eficiência, às suas demandas sociais: devolve sob a forma de serviços públicos de boa qualidade, os impostos recolhidos ao Tesouro Nacional.

É o estado apto a decidir e arbitrar, pela autoridade democrática e não pela força, os conflitos que a sociedade não possa resolver por si mesma.

Um estado autoritário que se deixa colonizar por setores cartoriais não é um estado forte. É um estado fraco, ineficaz, marionete na mão de interesses particularistas. É um estado cada vez mais débil porque cada vez mais disfuncional, econômica, social e politicamente.

O novo estado de que o Brasil necessita é um estado a serviço da sociedade e não um estado-padrão. Esse é precisamente o estado que os social-liberais se propõem a construir.

O Brasil, atualmente, tem, ao mesmo tempo, estado de mais e estado de menos. Estado de mais, no plano econômico, onde o controle estatal chega a sufocar a economia de mercado. Estado de menos, na área científica e tecnológica e no plano social, em que tantos serviços são deficientes, precários ou inexistentes. Daí, a premente necessidade de reformar o estado, em prol da liberdade política, do desenvolvimento econômico e da justiça social.

III

DEMOCRACIA, REFORMA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS.

Meu Governo traz o sinal da democracia. Seu projeto de modernização está marcado pela liberdade. As medidas adotadas, inovadoras e corajosas, têm sido objeto do mais amplo debate legislativo e do permanente crivo do Judiciário. A Agenda para o Consenso é outra etapa do aperfeiçoamento da democracia brasileira. É um convite ao debate e, sobretudo, à participação consciente. Mudaremos o País se nos unirmos democraticamente na vontade de mudar. Ofereço, neste artigo, algumas idéias sobre como entendo a democracia moderna.

O Social-Liberalismo reconhece na prática da democracia uma consequência histórica do movimento liberal. A conquista da democracia, em todas as nações avançadas, teve por bases as instituições liberais: as liberdades de opinião e associação, o parlamento livre, a Justiça independente, o pluralismo dos partidos.

Democracia é o regime em que há participação igualitária e periódica da população na escolha do governo e do legislativo. É o regime em que liberdade e igualdade se interpenetram, tornando a soberania popular fonte suprema de todo poder legítimo. Democracia é ainda o governo da maioria, respeitados os direitos da minoria. Essa característica, eminentemente liberal, pressupõe que a democracia, no seu exercício, pratique a estrita observância dos direitos humanos.

Em decorrência dessa defesa incondicional dos direitos humanos, devemos dar ênfase especial à questão do acesso à Justiça, hoje ainda frequentemente sonegada às camadas menos favorecidas da população brasileira. Assim, estaremos ajustando cada vez mais o Estado à sociedade civil, destinatária real da atividade política.

Outra questão crucial que a sociedade brasileira tem de enfrentar de modo decisivo, no plano mais fundamental da política, é a gritante situação de infância desvalida no País, ligando-o ao melhoramento de condições da maternidade e da família. Qualquer realização na área dos direitos humanos será insuficiente e frágil se não for acompanhada de dedicação absolutamente prioritária às crianças e aos adolescentes.

Na ordem democrática, também os grupos minoritários devem ser objeto de respeito e consideração, com o fim de todas as formas de racismo, discriminação e preconceito. As reivindicações da mulher devem ser plenamente acatadas.

No caso brasileiro, esse respeito a minorias deve abranger especialmente os grupos indígenas. É fundamental atender às determinações constitucionais de demarcar as suas terras, como meu Governo vem fazendo para assegurar que os índios vivam como manda a sua cultura.

Na ótica social-liberal, um dos principais direitos humanos na sociedade contemporânea é o direito à informação. Ele implica, por parte do estado, o dever de transparência. Franquear ao público, o máximo possível, o

conhecimento dos atos e estratégias de governo é atualmente uma exigência democrática profundamente identificada com a era da liberalização que vivemos: a participação dos cidadãos consolida a cultura democrática e aumenta a eficácia do governo.

Outra preocupação social-liberal é o pluralismo. Sem a coexistência legal e legítima de diversas correntes de opinião e grupos de interesses, não há sociedade liberal. E sem a expressão política do pluralismo -- o regime pluripartidário -- não há democracia digna desse nome. Acredito que se deva refletir profundamente sobre os meios de aperfeiçoar o nosso sistema partidário, ainda afetado por margem de inautenticidade.

Para dar aos partidos raízes sociais fortes e duráveis, o que causará uma verdadeira revolução na mentalidade da nossa classe política, devemos contemplar a hipótese de uma revisão estrutural do sistema eleitoral, com o objetivo de: a) vincular os partidos ao municipalismo, força viva da nacionalidade; b) estabelecer o voto distrital misto para deputados e vereadores, corrigindo-se as desproporções na representação dos Estados na Câmara Federal; e c) criar mecanismos que garantam o compromisso dos representantes do povo com diretrizes programáticas.

Esses são os pressupostos ao estabelecimento do regime parlamentarista, que defendemos como instrumento para aperfeiçoar a nossa democracia e melhor aglutinar as forças sociais em torno de um projeto nacional.

O social-liberalismo sabe que a superioridade das democracias repousa no seu poder de autocrítica, oferecendo à sociedade um método regular e ordeiro de corrigir os erros eventuais do governo e, por isso mesmo, assume plenamente a democracia como regime da responsabilidade.

Instituições livres, estado de direito democrático, igualdade civil e política, autonomia e pluralismo, respeito às minorias e aos direitos humanos, acesso à justiça, transparência e participação, reforma política, partidária e eleitoral, responsabilidade e liderança -- eis o cerne da mensagem política social-liberal, que pretende levar a máquina política brasileira a vencer os desafios da nossa dívida social.

Para o Social-Liberalismo, a liberdade é composta de duas grandes dimensões: a dimensão da escolha e a dimensão do acesso. Sem escolha, o acesso aos bens sociais nega a liberdade e sufoca a individualidade. Sem acesso, a livre escolha

das oportunidades de vida, no trabalho e no lazer, se converte em privilégio e degrada a democracia em oligarquia.

O Social-Liberalismo objetiva ampliar e enriquecer a experiência da escolha por uma expansão decidida dos mecanismos de acesso. Em virtude dessa inspiração ético-social, os sociais-liberais afirmam o compromisso com o ideal republicano.

A idéia de República, na tradição brasileira, significa federalismo, municipalismo, equilíbrio entre os poderes, cidadania participante, função pública dignificada. Significa, sobretudo o amor ao civismo e o combate sem tréguas à corrupção e ao nepotismo. O ânimo republicano é a seiva moral do social-liberalismo, que se concebe antes de mais nada como um liberalismo ético.

Esta é a visão social-liberal da democracia.

IV

O MODELO ECONÔMICO: CAPITALISMO DEMOCRÁTICO

Quando falei à Nação em 23 de dezembro passado, tratei do esgotado modelo econômico brasileiro e das dificuldades em escolher uma alternativa para substituí-lo. A Agenda para o Consenso pode servir, assim, como moldura política para o debate sobre os métodos e instrumentos a serem utilizados para a construção de um novo modelo.

O Social-Liberalismo tem contribuição a dar nesse processo, e propõe que a construção de um novo modelo econômico tenha, como pressuposto, servir efetivamente ao progresso e ao bem-estar de todos. Deve-se evitar que seja calcado em colcha de retalhos corporativista, que venha favorecer apenas interesses de uma minoria, em detrimento de um desenvolvimento real.

Para os social-liberais, o problema do modelo econômico é eminentemente prático: trata-se de saber qual o melhor rumo para promover o Brasil, o mais cedo possível, a níveis de vida digna e justa para todos.

Uma avaliação objetiva das trajetórias de crescimento econômico e êxito social na história contemporânea avalia a superioridade da economia descentralizada, baseada no mercado e na livre empresa, movida pela busca do lucro, afeita ao risco e à inovação e efetivamente aberta aos fluxos internacionais.

Com efeito, do tríplice ponto de vista da eficiência, da liberdade e da prosperidade geral, não há dúvida: o capitalismo democrático é, claramente, o vencedor na competição internacional entre modelos econômicos. E não existe sequer alguma "terceira-via": ao contrário, a hesitação em se trilhar as fórmulas e caminhos já consagrados historicamente pode retardar fatalmente a modernização.

Mas os social-liberais não têm um visão ingênua do capitalismo e reconhecem os seus defeitos: a instabilidade cíclica, que pode levar à inflação e ao desemprego; a tendência à formação de monopólios; e as desigualdades de renda.

Esses fatores levam a que seja preciso introduzir, no liberalismo, a dimensão social, que define as premissas éticas de seu aperfeiçoamento e correção. Esses fatores atestam também a necessidade de presença de um estado forte, capaz de fornecer um horizonte de cálculo bem claro aos agentes econômicos, potencializando a taxa de crescimento, que é inerente ao capitalismo, e capaz de combater a pobreza e as desigualdades de renda.

Num mundo em constante mudança, que exige renovação permanente, o capitalismo é o sistema mais eficiente, caminho necessário para a superação das desigualdades. É também elemento essencial na cultura da liberdade: historicamente, a liberdade política sempre teve como respaldo a economia baseada na livre iniciativa. Se a democracia nasceu do liberalismo histórico, este, por sua vez, sempre floresceu associado à economia capitalista.

É preciso reconhecer, porém, que as áreas capitalistas subdesenvolvidas apresentam resquícios constrangedores de miséria e de pobreza. Isso obriga a um reforço decisivo, na construção do novo modelo, de sua dimensão social.

Estudos recentes reconhecem na economia de mercado o modelo mais propício a ganhos reais dos salários dos trabalhadores não-qualificados - exatamente a massa sobre a qual incide a faixa da pobreza nos países subdesenvolvidos.

O desenvolvimento capitalista baseado no crescimento "trabalho-intensivo" é mais eficaz para a distribuição de renda do que estratégias distributivistas, que acabam prejudicando o investimento e a formação do capital. É preciso aceitar que a disponibilidade futura de capital é a fonte, a longo prazo, de maior prosperidade para a própria classe trabalhadora.

O capitalismo encontrou os métodos de superação de suas formas históricas de conflito. Nos países desenvolvidos, de economia de mercado, o progresso e o exercício da negociação sustentada por interlocutores institucionalmente sólidos esvaziaram gradualmente a propalada contradição, de cunho ideológico, entre o capital e o trabalho. A história demonstrou na prática aos trabalhadores nos sistemas capitalistas desenvolvidos - e essa história se fez em boa medida com o engajamento dos trabalhadores na produção e na mobilização e luta por melhores condições de trabalho e de vida, graças, em larga medida, a liberdade de expressão dos regimes democrático-capitalistas - que o chamado modelo capitalista não lhes era necessariamente desfavorável.

A opção pelo modelo capitalista deve ser, portanto, consciente: o modelo é mais eficiente, mais livre, e será o mais justo, se soubermos introduzir as indispensáveis qualificações éticas que a dimensão social exige.

Na opinião dos social-liberais, é preciso distinguir entre os diversos capitalismo atualmente em cena. O capitalismo selvagem-oligárquico está em recuo. O capitalismo moderno- democrático está em alta. A democratização do capital, em países industriais avançados, é tendência crescente - uma verdadeira revolução silenciosa, criando novos contingentes de acionistas e proprietários. Os esquemas de privatização, como o que adotamos no Brasil, se inscrevem nesse movimento de democratização do capital.

Um programa da terra, concebido sem coletivismos arcaicos, é outra grande avenida de democratização do capital. E por isso mesmo - pelo espírito de capitalismo social - é que ela deve ser realizada **pari passu** com a modernização definitiva das estruturas de produção agrícola no Brasil.

É na busca do consenso sobre a escolha das linhas-mestras do capitalismo que queremos -- moderno, democrático, participativo, social -- que as diretrizes de

política econômica poderão ser debatidas de forma clara e racional para passar, então, a valer como parte de um projeto nacional.

Acredito sinceramente na convergência profunda entre capitalismo social e democracia política. Queremos um capitalismo robusto e independente, em que se distinga procura legítima do lucro do apetite de ganância, e o espírito empresarial autêntico da mera pirataria especulativa.

É esse capitalismo social que o Social-Liberalismo deseja propor ao debate nacional.

V

A REVOLUÇÃO EDUCACIONAL

O grande tema da modernização nacional é o da reforma educacional. As opções que fizermos hoje definirão o país que queremos amanhã. Por isso, o tema da educação exige a participação engajada de todos, para que, com base em consenso amplo, possamos construir a ponte que nos levará a um futuro capaz de assegurar vida digna a todos os brasileiros.

Estamos não somente diante do desafio de definir currículos, de estabelecer prioridades e alocar recursos. Refletir sobre a educação significa tocar no cerne do processo de formação da cidadania.

O Social-Liberalismo, compreendendo a extrema complexidade da problemática sociocultural do sistema educacional, tem a convicção de que, em última análise, a batalha pelo progresso do Brasil será ganha ou perdida conforme tenhamos condições ou não de realizar com êxito nossa revolução educacional.

Não foi por acaso que todas as grandes modernizações da história contemporânea repousaram em extensa e efetiva democratização do acesso à instrução. O pilar da modernização institucional e tecnológica daqueles processos foi a expansão do ensino básico e o aperfeiçoamento do ensino nos liceus e universidades.

O papel da educação básica é simplesmente crucial. No estado em que se encontra, representa a carência mais profunda e desumana entre as que compõem a dívida social. Milhões de jovens brasileiros são condenados a uma vida frustrada, a uma existência tosca, que leva, muitas vezes, à marginalidade, por um sistema insuficiente, ineficaz e deficiente de escolas de primeiro grau.

Perpetra-se, dessa forma, não só um atentado permanente aos direitos mais essenciais da cidadania, mas também um tremendo desperdício de talento, que poderia estar a serviço do progresso da sociedade e do enriquecimento da personalidade de cada brasileiro.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, procuramos focalizar corretamente as prioridades críticas nesse terreno. Com os CIACS, iniciamos uma revolução não só de métodos, mas de mentalidades. Atentos a um apelo ético incontornável, demos mostras da prioridade à educação de base e à construção da cidadania, privilegiando a criança, a matéria-prima formadora, por excelência, do Homem brasileiro.

O problema educacional não pode ser solucionado apenas com a ação resoluta do Governo Federal. A Constituição brasileira atribui aos Estados e Municípios a responsabilidade pelo ensino fundamental, o que inclui a manutenção das escolas e a remuneração dos professores. A atuação da União não se dá à revelia dos demais poderes, invadindo a sua competência. Sua adequada solução depende assim do esforço conjunto de todos, respaldadas as três esferas de Governo pelo apoio da sociedade como um todo.

Impõe-se, em particular, a correção das deformações que incidem sobre o ensino superior. Nas universidades públicas o custo deve ser compensado pelo desempenho, o salário associado à competência e à dedicação, e o tamanho da folha de pagamento dependente, tanto do número de alunos, quanto da qualidade do ensino ou da produção científica. Com uma administração autônoma e responsável, será possível ampliar o acesso ao ensino público de nível superior, melhorar-lhe a qualidade e recuperar instalações, bibliotecas e laboratórios.

Mas não basta redirecionar verbas para a prioridade do ensino básico. É preciso, igualmente, reconquistar a excelência desse ensino e sua universalização. Uma das maiores perdas, no processo de deterioração da educação brasileira, ocorreu na formação profissional, inexistente ou precária, de professores para os níveis pré-universitários. As escolas normais tiveram seu

papel histórico praticamente destruído. Hoje o professor além de ganhar mal, deixou de ter treinamento adequado para sua função, a mais importante no embasamento da modernização do processo pedagógico.

A revolução educacional brasileira terá de pautar-se por uma trilogia de valores: excelência, humanismo, desenvolvimento. Sem a busca da manutenção de padrões de excelência, em nível técnico e cultural, no mestre e no aluno, não existe educação digna desse nome. Somente venceremos o desafio da crescente divisão do globo, entre produtores de tecnologia e meros consumidores passivos das técnicas modernas; somente ingressaremos na vanguarda das sociedades modernas, se conquistarmos um padrão de capacitação tecnológica adequado às necessidades brasileiras de modernização e aos desafios da era contemporânea.

Não podemos confundir o cultivo da democracia com o democratismo para não correremos o risco de desacreditar as hierarquias inerentes ao magistério e à relação professor/aluno, comprometendo a própria essência do fenômeno educacional enquanto luta da sociedade e do ser humano pelo auto-aperfeiçoamento.

Esse auto-aperfeiçoamento, na ótica social-liberal, não é só da coletividade. É também do indivíduo. O que separa a educação da mera instrução é o escopo do saber básico e do saber especializado. Nesse ponto, naturalmente, a educação se abre à vida da cultura como horizonte da individualidade livre. O Social-Liberalismo é um humanismo democrático essencialmente em função do seu apego à dimensão ético-cultural do desenvolvimento.

Enfim, a revolução educacional deve ser conduzida com a mais aguda consciência de que somente o êxito da educação popular, e o resgate da eficiência da educação superior, garantirão ao Brasil as duas vertentes do desenvolvimento: a democracia política, e a eficiência econômica fundada em estruturas e processos científico-tecnológicos atualizados. Sem educação, jamais as massas brasileiras poderão elevar-se ao nível de uma cidadania madura, conhecedora do valor das instituições livres e capaz de acompanhar, com competência, a dinâmica da modernidade.

VI

O PAPEL DA CULTURA

Em artigos anteriores, procurei definir as principais características da proposta social-liberal. Segundo ela, o estado não é nem intervencionista, nem omissivo. Abstém-se, em princípio, de agir na esfera da produção, porque esta é privativa da sociedade civil, mas não hesita em agir nos espaços em que sua responsabilidade é intransferível.

São exatamente essas as grandes linhas de uma política cultural moderna. Também ela se mantém equidistante do dirigismo mecânico e do liberalismo ortodoxo.

A política cultural dirigista é típica das ditaduras do século XX. Ela converte a cultura em apêndice do estado e em instrumento do poder totalitário.

No outro extremo, o estado liberal puro é radicalmente não-intervencionista. Garante a liberdade de expressão, o que é importantíssimo, e em seguida pensa ser possível transferir à esfera cultural a mesma postura que adota na atividade econômica: o *laissez-faire*. A produção cultural, não atendida pelo mercado, deveria conformar-se em ser financiada pelo mecenato particular.

A dimensão da cidadania está ausente tanto no modelo dirigista de comando, como no liberal puro. No primeiro, os homens são meros objetos de uma política feita à sua revelia. No segundo, os direitos culturais ou não são expressamente reconhecidos, ou têm caráter puramente declaratório, na falta de uma política que lhes dê vida e substância.

Uma política de cultura baseada na proposta social-liberal, ao contrário, parte do conceito de cidadania cultural e a considera parte integrante da cidadania no seu sentido mais amplo. Diferentemente do dirigismo, sustenta na vida cultural a anterioridade e a preeminência da sociedade sobre o estado. Ao contrário do liberalismo clássico, considera não só os direitos civis e políticos, mas igualmente os direitos sociais, e contribui para que alcancem condições de fruição efetiva.

Quais são esses ditos culturais? A resposta está na Constituição, que consagra e inclui o direito à memória cultural, o direito à produção cultural e o direito de acesso à cultura.

O direito à memória tem como objeto o patrimônio cultural do país. Desconhecer esse direito é institucionalizar a amnésia social. Todos os cidadãos podem e devem exigir do estado as atitudes necessárias para que esse patrimônio se preserve, tanto em sua a dimensão material quanto imaterial, e abrangendo em toda a sua diversidade as várias correntes civilizatórias que concorreram para moldar a cultura brasileira.

O direito à produção cultural é indispensável para a constituição de personalidades autônomas e de nações criadoras. O estado não pode substituir-se ao indivíduo na criação cultural, nem muito menos inibi-la por qualquer tipo de censura, direta ou indireta, mas tem o dever de contribuir para que se consolidem as condições necessárias ao livre exercício desse direito.

O direito de acesso à cultura, por sua vez, tem a ver com o uso do acervo cultural existente. Não basta poder criar, é também preciso poder desfrutar a cultura produzida. Estão privados de facto do exercício desse direito os vastos contingentes marginalizados pela pobreza material, os milhões de analfabetos e, em geral, os egressos de um sistema educacional deficitário, que não transmite aos estudantes os conhecimentos necessários para que eles tomem consciência da riqueza espiritual do Brasil e da Humanidade.

A lei de apoio à cultura, que sancionei no dia 23 de dezembro último, está intimamente vinculada a esse conceito de cidadania. Ela se destina a reforçar os meios de que dispõe o Governo para atuar em toda a gama dos direitos culturais. O exercício do direito à memória é facilitado pelos vários dispositivos que estimulam os investimentos na área do patrimônio cultural; o direito à produção adquire condições materiais de concretização; o direito de acesso à cultura é reconhecido com a inclusão entre os objetivos do programa de "contribuir para facilitar a todos os meios para o livre acesso à cultura".

Não há política cultural autárquica. Os direitos culturais dependem de todos os outros. O direito à memória e o direito à produção cultural só se tornarão plenamente concretos com a retomada do crescimento. O direito de acesso à cultura depende de medidas de promoção social, no campo da saúde, da alimentação e da educação, que ultrapassam de muito o âmbito de uma política cultural. Mas a recíproca também é verdadeira. A modernização sócio-

econômica será facilitada pela difusão de uma cultura vigorosa, que alimente em todos os brasileiros uma consciência crítica, sem a qual não há democracia possível, e um sentido de responsabilidade na aceitação e partilha dos sacrifícios necessários, sem o qual não há cidadania consciente.

Eis a proposta social-liberal para a cultura. É uma proposta social, e por isso rejeita as ingenuidades do laissez-faire, que condenaria a vida cultural do Brasil seja às leis do mercado, seja à apropriação oligárquica por uma elite. E é uma proposta liberal, e por isso repudia com veemência os dois adversários de toda política liberal: o paternalismo, pelo qual o estado se substitui ao indivíduo, e o autoritarismo, que submete a cultura à tutela do poder.

VII

A PERSPECTIVA SOCIAL-LIBERAL DA ECOLOGIA

A rapidez das transformações econômicas e sociais contemporâneas exige propostas convincentes para problemas novos, que não foram previstos nas análises clássicas do socialismo e do liberalismo. Hoje, para que uma doutrina política possa afirmar-se, é imprescindível que enfrente com seriedade e competência as questões relativas à ecologia.

O Social-Liberalismo aceita o desafio e pretende responder, de forma coerente e criativa, aos desafios da modernidade.

Chamei atenção, em artigo anterior, para o fato de que uma das dimensões da liberdade é o acesso. Sem acesso universal aos bens sociais, a livre escolha das oportunidades de vida, no trabalho e no lazer, converte-se em privilégio e degrada a democracia em oligarquia. Liberdade significa, hoje, participação e vida digna.

O Social-Liberalismo propõe-se a incluir, entre os direitos do Homem, o direito a um planeta ambientalmente sadio.

Em seguida, postula que questões ecológicas não podem ser tratadas exclusivamente de um ângulo técnico, em busca de medidas simples de equilíbrio Homem-Natureza pois envolve concepções fundamentais sobre as relações sociais.

Nesse sentido, as questões ecológicas servem para iniciar reflexões novas sobre a própria prática da democracia, sobre o seu significado em um mundo marcado pela desigualdade.

Há formas variadas de degradação ambiental. Algumas são conscientes e nascem principalmente nos países altamente industrializados. São resultado de um consumismo que se transformou perigosamente na própria motivação do progresso. Outras são inconscientes, fruto da luta pela sobrevivência, nas áreas mais pobres do Planeta.

A concentração da riqueza e do saber nas mãos de poucos agravou-se, nas últimas décadas, tanto no plano interno dos países em desenvolvimento, como no plano internacional. A dimensão das disparidades é gritante: os países em desenvolvimento têm atualmente 77% da população mundial, mas apenas 16,8% da riqueza global. Em 1990, 93% dos nascimentos ocorreram nos países do chamado Terceiro Mundo. 1,2 bilhão de pessoas vivem ali abaixo do nível de pobreza e a expectativa de vida de sua população é, em média, 12 anos menor do que nos países desenvolvidos.

Se a democracia deve realizar plenamente as potencialidades do indivíduo, visto concretamente em sua circunstância histórica, não existirá convívio democrático e eticamente aceitável, enquanto persistirem, de forma tão dramática, as desigualdades no âmbito nacional e internacional. A solidariedade é a base para a construção de um modelo de desenvolvimento harmônico.

A proposta social-liberal é um apelo ao diálogo.

Nos últimos dois anos, tivemos o privilégio de assistir a um desses raros momentos em que todo um universo ideológico é sepultado pela História. Presenciamos a falência do dirigismo econômico que deixou um saldo de atraso,

ineficiência, degradação do meio ambiente, de pobreza e carências em regiões onde poderia florescer bonança e prosperidade.

Mas o triunfo da economia de mercado não é suficiente para corrigir as distorções que nos assolam, não basta para que possamos conceber e adotar um novo modelo de desenvolvimento, capaz de conciliar crescimento, bem-estar, justiça social e respeito à natureza.

É urgente introduzir a dimensão social no liberalismo econômico, entendida de forma abrangente.

Dai nasce com clareza a constatação de que não pode haver um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto.

Não se trata de ignorar os objetivos, em si louváveis, do bem-estar proporcionado pelo avanço material, vivido em sua plenitude por uma minoria; sabemos que manter os padrões de consumo e desperdício dos países ricos é hoje impossível se pensarmos em horizonte de longo prazo. E, como é possível transferir esses padrões para os países subdesenvolvidos? Não existem recursos, físicos ou financeiros.

Por isso, trata-se, antes, de repensar a própria concepção de progresso, de um progresso que não se resume a meras estatísticas de crescimento, mas que inclua, além de melhoria dos indicadores sociais para a maioria, uma real e efetiva preocupação com a proteção ambiental.

Não existem respostas prontas para esses problemas: sabemos que a reversão do atual quadro de desigualdades e degradação ecológica exigirá a adoção de um novo modelo de desenvolvimento, que incorpore a visão de que a Terra é um organismo vivo, que acolhe recursos biofísicos limitados.

Precisamos redefinir objetivos, alterando a própria maneira de medir o progresso. Os social-liberais, por suas profundas concepções democráticas e humanistas, crêem que o bem-estar dos cidadãos pode ser melhor aferido quando a dimensão dos agregados econômicos é associada ao grau de liberdade e justiça, ao nível de riqueza social e cultural das nações, à integração étnica e racial, à preservação do meio ambiente, enfim, a todos os elementos que expressem a efetiva felicidade e realização de um povo. Teríamos, assim, um indicador mais humano e mais sensível, que poderíamos talvez chamar de "Produto Nacional de Bem-estar".

Uma coisa é certa: o Social-Liberalismo, uma filosofia político-econômica, que procura conciliar liberdade individual, eficiência econômica e justiça social, pode contribuir para a concepção e implementação desse novo modelo, cujos fundamentos são o desenvolvimento sustentável e igualitário, de modo a resguardar não só as gerações presentes, mas também as gerações futuras.

O Social-Liberalismo oferece, assim, as bases para um diálogo necessário sobre o futuro do Planeta. Por suas dimensões geográficas, pela importância e variedade da ecologia brasileira, pelo fato de que iremos sediar a RIO92 -- momento que há de marcar a inflexão histórica no debate ambiental -- o Brasil tem uma contribuição decisiva a oferecer para o esforço solidário visando inaugurar uma nova etapa nas relações entre o Homem e a Natureza.

VIII

DEBATE ABERTO

Esta série de artigos sobre o Social-Liberalismo deve muito às idéias de José Guilherme Merquior, defensor vigoroso do argumento liberal, argumento este que sustenta ser o diálogo permanente entre Homens livres a vertente nobre da Política. Pretendi ter sido fiel ao argumento.

A visão liberal foi decisiva na construção das grandes nações no mundo contemporâneo, e o será também na transformação do Brasil num país moderno, numa terra justa.

Estou motivado pela imensa fé que tenho no Brasil, em nosso talento, em nossa força de vontade, em nossa capacidade de viver democraticamente, e, sobretudo, de levar adiante, as transformações que todos queremos.

O País já iniciou mudanças fundamentais. Nossa agenda pública está em sintonia com os tempos de hoje e, portanto, com as expectativas da sociedade.

As metas são claras: desalojar privilégios, instaurar a igualdade de oportunidades, pôr termo ao estado-ninho, obeso e ineficiente, e liberar as forças vivas da sociedade para a construção da modernidade, nos quadros de uma economia social de mercado. Mas, é preciso ir adiante, e as idéias social-liberais podem servir à articulação dos novos passos.

Nas democracias, o Governo é responsável. Deve servir permanentemente à cidadania. Na conjuntura em que vivemos, o exercício da responsabilidade de meu cargo não se pode limitar à condução das políticas de Governo. Estas, tenho procurado realizá-las com empenho, muito trabalho e dedicação, com vontade de acertar, de melhorar permanentemente. O nosso desafio é maior, e pede de quem governa o estímulo ao debate amplo sobre os objetivos que devem reger a modernização.

As idéias que apresentei não pretendem ser originais nem ter contornos acadêmicos. Não são regras ditadas ou verdades acabadas. Seu mérito maior estaria em refletir, de forma sistemática, linhas de compreensão sobre alguns temas básicos da realidade nacional, que, não tenho dúvidas, muitos brasileiros, de várias origens ideológicas e partidárias, compartilham.

O Social-Liberalismo representa um natural desdobramento e a confirmação de propostas que nasceram na campanha presidencial. Com a experiência de dois anos de Governo, elas ganharam densidade. Era oportuno retomá-las porque a conjuntura política criou um clima propício para a sua discussão. Se vamos passar a uma nova etapa do processo político, definindo os instrumentos que realizariam os objetivos nacionais de modernização e justiça social, é fundamental que o debate seja orientado por critérios doutrinários.

O fisiologismo, o curto prazo, a troca de favores, o imediatismo não nos servem, ao contrário, só prejudicam a construção de um verdadeiro projeto nacional. A primeira etapa desse projeto é justamente a de mudar a própria maneira de fazer política, que há de se alimentar de idéias, de perspectivas integradas sobre o futuro.

O cerne do argumento liberal é a aceitação do pluralismo. As melhores soluções políticas são as que nascem da discussão, do choque de opiniões e interesses. E, neste momento, o Social-Liberalismo representa, politicamente, um chamamento para que se eleve o debate político, que seja colocado no diapasão das idéias.

E as idéias podem ser sempre objeto de avaliação e aperfeiçoamento. Resistem às situações de imobilismo, sugerem dinamismo, mudança.

Toda visão do mundo social-liberal pode ser sintetizada numa convicção: a de que é possível e necessário que a modernização brasileira se faça sob a égide da ética da liberdade, que anima a mudança histórica de nosso tempo.

Há mais de cem anos, nossos maiores espíritos vêm identificando carências na sociedade brasileira. Rui Barbosa, uma década antes da República, denunciou, em termos profundamente atuais, o déficit educacional do Brasil, nosso atraso em matéria de formação do Homem brasileiro. Joaquim Nabuco, poucos anos depois, ainda antes da Abolição, percebeu que a condição das massas brasileiras, no plano social e material, apresentava problemas crônicos, que sobreviveriam à abolição formal do regime servil.

Hoje, a liberdade democrática permite que nos conheçamos, sem disfarce, em todas as nossas carências. A realidade é transparente e dramática. Mudanças radicais são exigidas em áreas que afetam a nossa sensibilidade ética, como a situação de nossas crianças e de nossos adolescentes.

A liberdade democrática nos oferece, também, o caminho necessário para que o nosso melhor projeto histórico se realize, não como fruto da imposição autoritária de uns poucos, mas como resultado da autêntica vontade coletiva nacional. Permitirá que, longe de soluções unilaterais, nas quais o quantitativo prevalece sobre o qualitativo e a globalidade dos imperativos nacionais é esquecida, possamos buscar soluções que levem em conta o bem comum e as aspirações maiores do povo brasileiro.

Quando o País se dispõe a enfrentar os desafios políticos, econômicos e tecnológicos de uma nova era na história mundial, é imperativo que se capacite em matéria de pensamento e de ação, para responder plenamente a todas as dimensões da liberdade, na sua fisionomia mais moderna.

O Brasil novo, o Brasil autenticamente moderno, tem toda consciência de que a promoção à plena modernidade passa, antes de tudo, por políticas que possam assegurar, efetiva e racionalmente, uma ampla integração do conjunto da população brasileira aos padrões de vida dos países mais desenvolvidos. O triunfalismo desenvolvimentista não tem sentido. Enquanto o homem brasileiro não viver com dignidade, jamais seremos plenamente desenvolvidos.

O Social-Liberalismo oferece idéias para que alcancemos os nossos objetivos. Ele se orienta pela busca da liberdade e pela realização de uma ética voltada para o social.

Com a visão social-liberal, esforçamo-nos para corresponder aos desafios de nosso tempo com um ideário político criador, capaz de realizar plenamente entre nós os grandes valores ocidentais. O Social-Liberalismo prestará grande serviço à nacionalidade se construir um embasamento conceitual, vigoroso e enriquecedor, sobre o qual o dinamismo econômico do País possa articular-se concretamente com a solução dos graves problemas sociais que ainda maculam a sociedade brasileira.

As idéias estão expostas, o debate está aberto.

ESTA OBRA FOI IMPRESSA
PELA IMPRENSA NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF, EM 1992,
PARA A SECRETARIA DE IMPRENSA
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,
COM UMA TIRAGEM DE
2000 EXEMPLARES